



Conteúdos de ética em livros didáticos de filosofia: temas morais relacionados à atualidade

Por TÂNIA RODRIGUES PALHANO
MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA BAPTISTA

taniarpalhano@gmail.com
mgabaptista2@yahoo.com.br

Introdução

A filosofia como uma disciplina do currículo do ensino médio, pelo seu caráter obrigatório estimula a discussão de conceitos, desperta a formação da reflexão crítica sobre a realidade e elucida a oportunidade da descoberta de uma nova forma de pensar que vai ajudar a descobrir e reelaborar uma nova concepção de mundo. A investigação sobre conteúdos de ética nos livros didáticos de filosofia justifica-se pela necessidade de compreensão da conversão do saber filosófico em conhecimento que leva necessidade de analisar os conteúdos de livros didáticos e identificar métodos de apresentação dos conteúdos programáticos da filosofia, de modo que desperte o interesse no estudante.

A importância da ética na área escolar está diretamente envolvida com a forma como cada pessoa se relaciona com os outros na sociedade. A palavra ética se origina do grego *èthos* e significa aquilo que pertence ao caráter ou modo de ser ou caráter. A escola como espaço de aperfeiçoamento do ser humano é o local de ensino sobre ética onde estão envolvidos alunos, professores e funcionários com seus princípios e atitudes morais, onde deve ser esclarecido o significado de ética e sua relação com a moral. Os professores são guiados por princípios e normas que utilizam ao apresentar aos alunos a importância da ética em vários aspectos da vida, no trabalho, na escola, na família, com os amigos.

A filosofia na educação como conhecimento escolar é uma caça ao conhecer, ao entender, ao compreender. Compreender não apenas o significado de algo, mas também às questões que desperta curiosidade ao ser humano, neste sentido, um dos papéis principais da Filosofia é despertar no jovem o questionar.





Neste sentido examinamos se os conteúdos de ética propostos nos livros didáticos de Filosofia, utilizado em escolas públicas estaduais da Paraíba, que tratam de ofertar meios eficientes para aprimorar a capacidade de reflexão no tocante ao conhecimento do ser para a construção daquilo que deve ser; de apontar noções introdutórias de ética e moral, aliada a certas habilidades intelectuais, e oferecer ao estudante condições para ampliar sua compreensão de relativismo e objetivismo ético, e assim, amadurecer certas concepções, valores éticos.

A ausência de documentos oficiais que estabelecessem princípios normativos para o ensino da Filosofia nas escolas até a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e o interstício de quase dez anos entre a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM 1999), e a reinserção da Filosofia entre os conteúdos obrigatórios, (Lei 11.684 de 2008), deu lugar à multiplicação de propostas alternativas, divergentes quanto aos objetivos e meios, e heterogêneos em termos de qualidade teórico-metodológica. Por outro lado, abriu-se espaço para que o desenvolvimento da pesquisa filosófica brasileira pudesse refletir-se com menos mediações na qualificação dos livros didáticos e na elaboração de novas propostas didático-pedagógicas.

A investigação de conteúdos éticos apresentados em livros didáticos de filosofia como significativos a realidade do estudante, tem por objetivo investigar os conteúdos de ética em livros didáticos de filosofia utilizados nas escolas públicas estaduais da Paraíba pautados no desafio da primeira seleção de livros didáticos de Filosofia (PNLD 2012), sobretudo, pela ausência de uma tradição consolidada de livros didáticos na área de filosofia, dos seguintes autores: Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins; Marilena Chauí; e Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes.

A filosofia na educação como conhecimento escolar é uma caça ao conhecer, ao entender, ao compreender, compreender não apenas o significado de algo, mas também às questões que desperta curiosidade ao ser humano, neste sentido, um dos papéis principais da Filosofia é despertar no jovem o questionar, o perguntar, o refletir, a fim de tornar melhor a capacidade do pensar.





A atividade do ensino de filosofia na Paraíba consolidada como atividade efetiva no início do ano letivo de 2009, após a sanção da Lei 11.684 em 2 de junho de 2008, pelo Vice-Presidente José Alencar no exercício de cargo de Presidente da República, que trata de questões pertinentes as disciplinas nos currículos de ensino médio com caráter de obrigatoriedade, caminha na perspectiva de ser abortada, após a MP 746 de 2016, que resultou na Lei 13415 de 16/02/2017, sancionada pelo atual Presidente da República Michel Temer.

Os educandos não devem aprender conhecimentos já muito elaborados e ultrapassados, pois todo aprendizado de determinado conhecimento logo se torna obsoleto diante das rápidas transformações dos novos tempos. O ensino de filosofia no nível médio deve despertar no jovem, atitudes de indagação, de questionamento, de reflexão, do perguntar sobre o algo que ignora e sabe que ignora e precisa conhecer.

Que motivação pode ter o aluno do nível médio pelo estudo da filosofia? Como apresentar ao jovem o percorrer da leitura de um texto que evidencie o pensamento reflexivo, o qual deverá abrir uma ampla perspectiva de interpretações na compreensão de mundo, configurada de modo importante na formação do cidadão.

Compreendendo que os conteúdos de filosofia no ensino médio devem ser apresentados aos alunos na conversão do saber filosófico em conhecimento escolar. Como transitar esses conteúdos à realidade moral presente? E como transitar o ensino de filosofia no ensino médio, da transposição da leitura dos textos clássicos, aos temas éticos contemporâneos? Indagações como estas, motivam o problema da conversão dos saberes filosóficos em conteúdos escolares, ao destacar questões específicas do processo de ensino e aprendizagem. Assim, nosso propósito é a investigação de conteúdos apresentados nos livros didáticos de filosofia, sejam temas, história, conceitos, que aliados a métodos didáticos específicos, leve ao estudante a apropriação de um conteúdo filosófico significativo à sua realidade.

A investigação sobre conteúdos nos livros didáticos de filosofia justifica-se pela necessidade de compreensão da conversão do saber filosófico em conhecimento escolar. O que leva a necessidade de analisar os conteúdos de livros didáticos e identificar métodos de





apresentação dos conteúdos programáticos da filosofia de modo que desperte o interesse no estudante.

Pretendemos desenvolver atividades que visem o problema da fundamentação da educação pela filosofia, remetendo esta a uma visão de um discurso emergente que proporcione um repensar a reflexão. Observando que ela não apenas despache a ideia de uma fundamentação filosófica racional como verdade ideal para a educação, revelando assim apenas um aspecto utilitário, mas se busque na reflexão as multiplicidades dos temas educacionais que se apresentam num contexto contemporâneo.

A filosofia como uma disciplina do currículo do ensino médio, pelo seu caráter obrigatório estimula a discussão de conceitos, desperta a formação da reflexão crítica sobre a realidade e elucida a oportunidade da descoberta de uma nova forma de pensar que vai ajudar a descobrir e reelaborar uma nova concepção de mundo.

O ensino de filosofia no ensino médio brasileiro

Nossa fundamentação está baseada em textos de Dewey (1959); Gallo e Kohan, (2000); Aristóteles (2008) Rodrigo (2009). Dewey apresenta a teoria da experiência na educação e destaca o aluno como ser ativo. Gallo e Kohan apresentam discussões atuais em torno do ensino de filosofia no nível médio. Aristóteles apresenta o conceito de prazer extensivo a qualquer tipo de atividade humana. Por fim, Rodrigo expõe sobre uma didática específica da filosofia e configura articulações de conteúdos e conjunto de atividades didáticas.

Desde o século XVI a filosofia foi ensinada de forma dogmática, carregada de uma forte ideologia tomista ao surgir com a fundação do colégio da Ordem dos Jesuítas, em Salvador, com o caráter propedêutico cujo conteúdo consistia nas leituras de Aristóteles e da Escolástica. E “o ensino institucional e formal da filosofia sempre serviu ao estabelecimento e manutenção de forças hegemônicas que buscavam neutralizar ou mesmo anular qualquer possibilidade de formação humana crítica e autônoma”. (HORN, 2000,17).





No final do século XVIII o ensino ainda era orientado para os mesmos objetivos religiosos e livrescos e ao final do século XIX surgiram movimentos simpáticos ao liberalismo, gerando mudanças no sistema educacional.

Após a proclamação da República ocorre uma mudança de caráter científico no currículo, juntamente, com uma transformação na administração pública do ensino. Neste momento, a propedêutica entendida como conhecimento preliminar de preparação para outro nível dá lugar à formação. (GALLINA, 2000). Com o intuito de fornecer uma cultura média ao país e propiciar um preparo para vida, a filosofia volta à sala de aula com o conteúdo baseado na história dos grandes sistemas filosóficos.

O ensino de filosofia foi significativo no apogeu do ensino médio, período em que se consolida duas reformas educacionais: a de Francisco Campos/1932 e a de Gustavo Capanema/1942. Ao citar estas reformas, Horn (2000) destaca que na Reforma Campos foi introduzida novas disciplinas no currículo do ciclo complementar, como, por exemplo, psicologia e lógica, sociologia e história da filosofia. Já na Reforma Capanema, a filosofia ocupou maior espaço nos currículos dos cursos clássicos e científico. Constituía-se como disciplina obrigatória na 2ª e 3ª séries do curso clássico e na 3ª série do científico. Entretanto, a história da filosofia, que estava presente no currículo do ciclo complementar para os cursos jurídicos na Reforma Campos, não foi contemplada pela Reforma Capanema.

É de se frisar que tal reforma foi de grande importância para a implantação e permanência da filosofia na grade curricular como disciplina obrigatória, nas segundas e terceiras séries dos cursos clássico e científico. Confrontando o panorama de que o mesmo não ocorreu com criação da lei nº 4.024/61. Perante tal lei era determinado que para todo o sistema do ensino médio fosse estabelecido que ficasse sob a responsabilidade do Conselho Federal de Educação a indicação das disciplinas obrigatórias e aos conselhos estaduais de educação a indicação das disciplinas complementares, com esta situação abre-se caminho para que a filosofia passe de disciplina obrigatória para disciplina complementar.

Avivamos na memória que desde a fundação do Colégio da Ordem dos Jesuítas, em meados do século XVI, a filosofia sempre fez parte dos currículos das Escolas de Ensino





Médio. Apesar de ser estabelecida em âmbito nacional era recomendada como disciplina complementar.

Posteriormente, entre 1964-1985, no regime militar há uma interrupção neste modelo sistemático, vivia-se em período em que não se dava prioridade a uma educação para a reflexão, não era estimulado o desenvolvimento do pensamento lógico e racional, não era importante dar aos jovens meios para promover a compreensão do mundo da vida. Assim, a filosofia sai do currículo escolar.

Diante de uma ação de redemocratização, passado o período de trevas do militarismo, inicia-se uma agitação expressiva para o retorno da filosofia ao currículo. Tal reivindicação surge adjacente ao aborto do tecnicismo imposto pela Lei 5.692/71, que ressalta para o ensino de 2º grau a formação voltada para habilitações profissionais.

O fracasso do tecnicismo acendeu a probabilidade do retorno da filosofia a escola, através da Lei 7.044/82, que estabelece no artigo 4, que esta deveria ser introduzida, “como parte diversificada do currículo e perante critérios das próprias escolas, estudos que atendessem as peculiaridades do local e as diferenças individuais dos alunos”.

O ensino de filosofia volta a ser legalizado como exigência curricular na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, nº 9.394/96, no Art. 36, parágrafo 1º, item III. Perante a leitura da lei é promulgada que ao final do Ensino Médio o educando deverá demonstrar “domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia necessários para o exercício da cidadania”.

Após elaboração desta LDB ocorrem atitudes de reação ao retorno da filosofia no currículo escolar como disciplina obrigatória, como o projeto de lei PL 009/2000, elaborado pelo Pe Roque Zimmermman deputado federal – PT no Paraná, proposto na câmara dos deputados e posteriormente vetado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

A elaboração do material didático para a disciplina filosofia devem ser arquitetados de modo que, os conteúdos programáticos venham despertar o interesse do estudante para a reflexão. Em Rodrigo (2009) os livros didáticos são idealizados para oferecer dois tipos de



abordagem: histórica e sistemática - a primeira ao apresentar o passado como linha central ou referencial do programa, e a segunda por trazer uma exposição de sistemas e temas filosóficos.

Perante estudos em textos deweyanos observa-se que é necessário que o crescimento da capacidade de pensar encontre-se em conexão a ação deste pensar, que se concretiza pelo “aumento de eficiência na ação e a aprender-se mais coisas sobre nós e sobre o mundo em que vivemos”. (DEWEY, 1959, p. 167). Ao conceituar o pensar como o método de se aprender inteligentemente, este identifica o ato de pensar como “o método da experiência inteligente em seu curso”.

Algo que é conceituado com grande relevância no texto dos PCNEM é a questão cidadania. Ela é anunciada em três grandezas distintas: na estética, na ética e na política. No ponto de vista estético ou sensível enquadram-se as questões de “natureza interna” e se “traduz na fluência da expressão subjetiva e na livre aceitação da diferença” (BRASIL, 1999b, p.97): Sendo esta procedida da demonstração de uma competência do vestisse da alteridade do outro, e este face a face é o que o ser humano oferece diante deste outro - o diferente.

A propósito do aspecto *ético* ou *identidade autônoma*, identificamos nos PCNEM que “a cidadania deve ser entendida como consciência e atitude de respeito universal e liberdade na tomada de posição” (BRASIL, 1999b, p. 97). Observa-se, assim, que ao habituar-se a determinadas normas na vivência social, é necessário encontrar-se disposto a segui-las tendo, também, a liberdade para criticá-las. No entanto, se, se julgar necessário o processo de crítica, este necessitará incidir de fundamentos sólidos norteados por princípios universais igualitários.

Finalizando esta divisão das dimensões do aspecto cidadão apontamos o litígio *político*, ou da *participação democrática*, (BRASIL, 1999b). Visando a dignidade humana esta ação deve garantir o acesso de todos os cidadãos aos benefícios culturais e naturais existentes - o respeito às opiniões e aos estilos de vida de cada cidadão e o engajamento concreto na construção de uma sociedade democrática.





Incorporado à finalidade do pensar reflexivo no educando do ensino médio, percebe-se, na realidade uma convergência para uma educação pragmática tendo em vista conteúdos e metodologias práticas que produzam resultados imediatos. Portanto, a pretensão de instituir um “novo ensino médio” apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, mais adequado às necessidades atuais dos jovens e da sociedade brasileira, onde:

A formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas as áreas de atuação. Propõe-se, no nível do ensino médio, a formação geral, em oposição á formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização. (BRASIL, SEMTEC, 1999a, p.14).

Mediante as discussões e os avanços pela volta da filosofia no ensino médio, em 2 de junho de 2008 é sancionada a Lei 11.684/08 que trata de questões pertinentes as disciplinas nos currículos de ensino médio, e altera o art. 36 da Lei de Diretrizes da Educação (LDB) para introduzir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias neste nível de ensino.

Neste momento de avivamento da filosofia no ensino médio, surge a interrogação de como apreender o saber filosófico como algo prazeroso na formação do cidadão. Como ressaltar a importância do pensar e do conhecer sem apresentar a característica básica do capitalismo tecnicista, a corrida para o mercado de trabalho, como acrescentar aos jovens conhecimentos que apresentem a possibilidade do viver satisfatoriamente com base no saber reflexivo.

Para Aristóteles (2000, p.223) “o prazer completa as atividades” assim, o prazer em determinada atividade vai tornar completa a vida de quem a está desejando. Buscar o prazer na atividade filosófica como uma atividade que não corresponde aos resultados imediatos exigidos pelo mercado de trabalho é uma tarefa árdua.

Para despertar a própria natureza da atividade filosófica, que é sua característica reflexiva, o conteúdo filosófico deve ser convertido em conhecimento escolar de modo que elucide no estudante o desejo da condução destes saberes para autonomia de capacidade de pensar.



O livro didático

A pesquisa de investigação de conteúdos foi desenvolvida com a consulta em livros didáticos indicados pela Secretaria de Educação Estadual sendo utilizados no ano de 2014 no ensino médio, a saber: Iniciação à Filosofia de Marilena Chauí; Filosofando de Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Pires Martins; Fundamentos de Filosofia de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes. Foi realizada mediante estudo dos conteúdos de ética nos livros didáticos de filosofia como conteúdo de reflexão na busca da compreensão do mundo que se apresenta como fonte inicial para a contribuição de resultados para a formação de um pensar reflexivo no coletivo de jovens no processo de ensino aprendizagem. Através dos conteúdos analisados sobre ética, percorridos nos temas, conceitos e história, esperamos fornecer dados que proporcionem a melhoria de acesso ao jovem que experimenta a aventura do pensamento como experiência radicalmente crítica e criativa.

O livro de Marilena Chauí, Iniciação à Filosofia, volume único, da editora Ática, foi um dos livros investigados durante esta pesquisa. Os conteúdos de ética estão delimitados na Unidade 10, especificamente nos capítulos 26, 27 e 28, ao tratar da atitude ética, da filosofia moral e da liberdade. A unidade 10, apresenta o conceito da ética distribuídas pelos capítulos, onde se pode reconhecer a definição de ética como sendo a busca do controle da violência, mostrando aquilo que é adequado ser feito por um indivíduo na vida coletiva para se conservar o equilíbrio da sociedade. A autora expõe o ser humano livre para deliberar, e esta determinação necessita ser direcionada ou estabelecida para a não violência, fazendo desta maneira uma ligação entre o limite da lógica das ideias e a liberdade das experiências do pensar. Com este direcionamento, pode ser questionado fatos, ideias e valores sociais do cotidiano dos alunos.

No exemplar direcionado ao professor, o suplemento ou manual para auxílio do conteúdo exposto no livro, são apontadas perspectivas da autora na produção de textos inclusos na obra, abordadas de forma clara, para o uso de alunos do ensino médio, e orientações para que o professor relacione os aspectos teóricos e filosóficos com a realidade. Os textos transmitem conteúdos indicadores de exercícios de avaliação necessários para as propostas educativas no ensino sobre a filosofia, e informações. O livro deixa à disposição do professor





orientações, propostas e estratégias de como aplicar a filosofia no ensino, tornando possíveis diálogos abertos de acordo com o cenário encontrado em sala de aula. O professor fica livre para ampliar suas possibilidades e para criar aulas diversificadas dentro da disciplina.

Outro livro analisado, “Filosofando - Introdução à filosofia” volume único de Maria de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, apresenta 7 unidades. É composto por 37 capítulos, mais leitura complementar e atividades. Na quarta unidade, dividida em 4 capítulos (17, 18, 19 e 20), apresentam-se os conteúdos de ética. No decorrer da unidade, encontram-se alguns casos verídicos como exemplos conceituais do sentido da palavra ‘valor’. O assunto “Moral e ética” é explicado de forma clara e direta, que embora diferentes, são usados como sinônimos. Moral é o conjunto de regras que determina o comportamento do ser, enquanto ética é a reflexão sobre as noções e princípios que fundamentam a vida moral. Os alunos podem ser colocados diante de dilemas práticos, que exigem conscientização dos riscos e nos ameaçam para um direcionamento de nossas reações e escolhas perante tais dilemas. Concluindo, a cada etapa do processo de aprendizagem ética o ser humano desenvolve uma maturação de autonomia moral perante a formação de hábitos virtuosos e o dever sobre a vida, fazendo com que o aluno seja direcionado a ele próprio selecionar os valores que julgue adequados.

O suplemento do livro *Filosofando* se apresenta com uma introdução, com breve descrição do conteúdo e divisão em duas partes. Na primeira são apresentados os questionamentos sobre o ensino de Filosofia no nível médio: a metodologia, a especificidade do filosofar, as competências que podem ser alcançadas e os instrumentos que auxiliam nesse processo; em seguida são oferecidas pistas para a escolha do programa, comentários sobre cada capítulo, além de sugestões complementares.

Uma destas sugestões complementares é a leitura dos textos sobre o preconceito; em seguida há a indicação de sites confiáveis, principalmente os de organizações envolvidas na luta pelos direitos humanos: <https://anistia.org.br> (Anistia Internacional); <http://www.unesco.org.br> (Unesco); <http://www.dhnet.org.br/> (Rede Brasil de Direitos Humanos), que aparecem no início da Unidade 4 - “Ética”. Estes sites foram verificados e encontram-se ativos para eventuais pesquisas.





O livro Fundamentos de Filosofia, volume único de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes, se apresenta em 4 unidades, sendo composto por 20 capítulos; 3 quadros sinóticos (quadros de resumos), índice de conceitos e nomes ao término do livro; e bibliografia. Nele, são apresentadas reflexões e sugestões de pesquisa para serem trabalhadas com os alunos, além da proposta de cinco filmes para estudo. O tema Ética é tratado no capítulo 17, da unidade 4. O capítulo trata de questões filosóficas sobre moral, virtude, vício, o mal, a vida feliz e o livre-arbítrio. Aborda o problema da ação e dos valores. Alterna entre exemplos e afirmações de diversos filósofos, entre eles, Aristóteles. Distingue a ética e a moral, definindo-as etimologicamente. Traz reflexões através de indagações que levam o aluno a refletir sobre os elementos comportamentais de seu cotidiano. O livro destaca a questão da consciência moral que o ser humano possui, descrevendo que ele só poderá ser responsável se este possuir liberdade de escolha para realizar o que quiser. Por fim, conduz o aluno, no decorrer das leituras, a refletir sobre as origens da violência e da maldade, perante a consideração dos valores válidos para a convivência social. O terceiro livro investigado nesta etapa da pesquisa foi o Filosofia: experiência do pensamento do autor Sílvio Gallo. É composto por cinco unidades, e no final É composto por cinco unidades, e no final de cada uma delas, existe um material de suporte, com os tópicos: A filosofia na história; Um diálogo com outras disciplinas (história, sociologia, biologia, psicologia, geografia e língua portuguesa); A filosofia no Enem e nos vestibulares.

A unidade com o tema objeto desta pesquisa é a Unidade III: Por que e como agimos, e especificamente, o Capítulo 2: Ética: por que e para quê? Ao tratar de Aristóteles e a ética como a ação para a felicidade: A felicidade como supremo bem; A felicidade como exercício da faculdade racional da alma; A ação conforme a virtude; A ética e a moral: a importância do hábito; Kant e a ética como ação segundo o dever; O imperativo categórico como princípio ético universal; O agir ético e a saída da menoridade.

O manual do professor inicia-se com a história da filosofia e sua relação com a educação e a introdução da disciplina no currículo brasileiro. O manual também aponta que o papel do docente é fazer com que seus alunos desenvolvam as competências e habilidades esperadas no estudo da filosofia. Também é tarefa do professor realizar a escolha conteúdos estudados,





levando em conta os Parâmetros Curriculares Nacionais no tocante às competências e habilidades a serem desenvolvidas em filosofia, tais como: Representação e comunicação, Investigação e compreensão e Contextualização sociocultural.

O manual reforça a interdisciplinaridade e contextualização como pontos para o Ensino da Filosofia, em que o docente tem a responsabilidade de relacionar e integrar por meios de sua prática o ensino da Filosofia a outras disciplinas escolares.

O Manual ainda apresenta sugestões de uso do livro aos professores, com estratégias possíveis de uso das unidades. Sugestões adicionais também se encontram no manual, provocando no professor diversas maneiras de trabalhar em sala de aula com o auxílio do livro; são elas: trabalho interdisciplinar, trabalho com iconografia, trabalho com literatura ficcional e trabalho com filmes.

Conteúdos de filosofia e conhecimento escolar

Ao investigarmos Rodrigo (2009), ressaltamos pontos que consideramos pertinentes para a compreensão da conversão do saber filosófico em conhecimento escolar. No ensino médio, a filosofia situa-se em um patamar introdutório e não afeta os níveis mais especializados de sua prática; e mesmo acessível à escola com uma expansão quantitativa não tem o objetivo de promover a banalização da filosofia. A forma como se apresenta a filosofia no ensino médio hoje, está marcada pela abordagem em torno de conteúdos ao longo de vários séculos. Assim, são identificados em Rodrigo (2009) recursos didáticos relativos à orientação de conteúdos filosóficos articulados entre si, como aspectos formais da aprendizagem filosófica.

Nas investigações acerca de conteúdos de ética em livros didáticos de filosofia utilizados nas escolas públicas estaduais da Paraíba, para compreensão da conversão deste saber em temas morais na atualidade, apresentamos uma breve análise das atividades e exercícios constantes ao final de cada capítulo destinado ao tema Ética, do livro *Filosofando: Introdução à Filosofia* de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins.

Em relação às atividades atribuídas aos alunos, ao final de cada capítulo do livro anteriormente citado, a análise teve por objetivo a identificação de atividades e exercícios na



conversão dos conteúdos de ética em temas morais na atualidade. Deste modo, as atividades propostas resultam na equidade de características, que denominamos de elementos teóricos e elementos de conversão.

Como exemplo, apresentamos o Capítulo 20 - Teorias éticas. Nele há uma relação mais atual, com abordagem e ilustrações que fazem com que os alunos reflitam e façam conexões com sua realidade. As atividades propostas ao fim do capítulo são compostas por dez questões; estas atividades realizam a Conversão, pois levam aos alunos a questões atuais, mais próximas de sua realidade e sobre a reflexão da ética sobre esta realidade.

A elaboração dos materiais didáticos para a disciplina filosofia deve ser arquitetada de modo que os conteúdos programáticos venham despertar o interesse do estudante para a reflexão. Segundo Rodrigo (2009) os livros didáticos são idealizados para oferecer dois tipos de abordagem: histórica e sistemática - a primeira ao apresentar o passado como linha central ou referencial do programa, e a segunda por trazer uma exposição de sistemas e temas filosóficos.

Perante estudos em textos deweyanos observa-se que é necessário que o crescimento da capacidade de pensar encontre-se em conexão com a ação deste pensar, que se concretiza pelo “aumento de eficiência na ação e a aprender-se mais coisas sobre nós e sobre o mundo em que vivemos”. (DEWEY, 1959, p. 167). Ao conceituar o pensar como o método de se aprender inteligentemente, este identifica o ato de pensar como “o método da experiência inteligente em seu curso”.

Algo que é conceituado com grande relevância no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) é a questão da cidadania. Ela é anunciada em três grandezas distintas: na estética, na ética e na política. A propósito do aspecto *ético* ou *identidade autônoma*, no qual o trabalho se configura, identificamos nos PCNEM que “a cidadania deve ser entendida como consciência e atitude de respeito universal e liberdade na tomada de posição” (BRASIL, 1999b, p. 97). Portanto, a pretensão de instituir um “novo ensino médio” apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, mais adequado às necessidades atuais dos jovens e da sociedade brasileira.





Conclusão

A presente pesquisa viabilizou a efetivação de um mapeamento de conteúdos sobre a ética em livros didáticos, de amplitude nacional, nos quais foram averiguados: os temas, os problemas, a história, os pensadores e filósofos relacionados aos conteúdos da ética para o ensino médio. Assim, encontramos muitos termos filosóficos, que de certa forma ocasionam confusão no entendimento do conteúdo, por parte dos alunos, dificultando o trabalho do professor e tornando-se uma leitura densa para o aluno.

Possibilitamos através desta pesquisa, indícios do aprimoramento do educando quanto ao seu desenvolvimento humano, com a ajuda do saber filosófico. Diante desta apresentação de resultados, apontamos trilhas de pensamento reflexivo de cunho ético que foram reveladas no decorrer da investigação.

Ao compreender que os conteúdos de filosofia no ensino médio devem ser apresentados aos alunos na conversão do saber filosófico em conhecimento escolar, reconhecemos a necessidade de analisar os conteúdos de ética em livros didáticos e identificar métodos de apresentação dos conteúdos programáticos da filosofia, destacando pontos que despertem o interesse no estudante. Ao averiguar os conteúdos propostos nos livros didáticos selecionados nesta pesquisa, possibilitamos indícios de saberes éticos no aprimoramento do educando quanto ao seu desenvolvimento humano, com a ajuda do saber filosófico.

Diante desta breve apresentação de resultados, apresentamos aos professores de filosofia do ensino médio um resumo de conteúdos de ética nos textos didáticos pesquisados e apontamos trilhas de pensamento reflexivo que foram reveladas pela pesquisa documental, característica fundamental da filosofia que é a de educar para a reflexão e para o debate.

Ao buscar despertar a capacidade do espanto diante das certezas sedimentadas apresentadas em um mundo por demais pragmático, esperamos que com os domínios do conhecimento da filosofia o educando no ensino médio perceba no aspecto ético, a atitude de respeito universal em suas tomadas de decisão, na superação de uma ética profissional exigida pelo mercado que almeja o lucro incessante.





Acreditamos que a criação de espaços para o conhecimento desta proposta e sua experiência deve vir acompanhada da criação de espaços para reflexão e pesquisa junto com a prática. Desta forma, buscamos em nossa pesquisa, a interação entre a escola e a universidade. Ou seja, na busca do pensar melhor, para uma atitude ética, como uma dimensão perdida na educação, estamos desenvolvendo nosso trabalho direcionado à escola pública na intenção de explorar o saber filosófico no paradigma de uma educação reflexiva.

Identificamos no ensino de filosofia no nível médio que este desperta a capacidade do espanto, diante das certezas sedimentadas apresentadas em um mundo por demais pragmático. E esperamos que com os domínios do conhecimento da filosofia o educando no ensino médio perceba, no aspecto ético, a atitude de respeito universal em sua tomada de decisão, na superação de uma ética profissional exigida pelo mercado que almeja o lucro incessante.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

BRASIL, SEMTEC. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio: Parte I – Bases Legais**. Brasília, MEC/SEMTEC, 1999a.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio: Parte VI – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, MEC/SEMTEC, 1999b.

CHAUI, Marilena. **Iniciação à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.

COTRIM, Cotrim e FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: Nacional, 1959.





GALLO, Silvio e KOHAN, W. O. (orgs). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HORN, Geraldo B. A presença da filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro: uma perspectiva histórica. In GALLO, Silvio e KOHAN, Walter Omar (orgs). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RODRIGO, Lidia Maria. **Filosofia em sala de aula**: teoria e prática para o ensino médio. São Paulo: Autores Associados, 2009.

PNLD 2012. Disponível em:

http://www.dept.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/PNLD-2012/GuiaPNLD2012_FILOSOFIA.pdf. Acesso em: 07 fev. 2017.